Companhia Energética de Brasília - CEB

CNPJ nº 00.070.698/0001-11

Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

De acordo com a legislação vigente e as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB, acompanhadas da notas explicativas e dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

O ano de 2018 caracterizou-se por conjuntura econômico-financeira, assim como climática, de difícil gerenciamento, exigindo da Companhia ações de mitigação dos efeitos dessa conjuntura adversa sobre o seu desempenho.

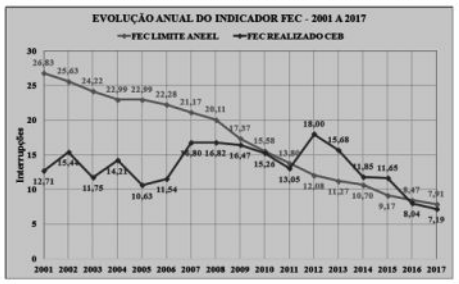
No ambiente interno, particularmente no âmbito do seu principal negócio, a CEB Distribuição S.A., as elevadas despesas operacionais, o alto endividamento, a sobrecontratação do suprimento de energia comprada e os compromissos regulatórios com a qualidade dos serviços prestados mereceram especial atenção.

Por outro lado, a CEB Distribuição S.A. conseguiu melhorias na qualidade do serviço e no relacionamento com o seu consumidor.

A qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica é monitorada pela ANEEL por meio de dois principais indicadores: o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras. O primeiro indica o número de horas que um consumidor fica sem energia elétrica e, o segundo, o número de interrupções do fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora.

Tanto para o DEC como para o FEC, concluiu-se o ano de 2018 dentro dos limites estabelecidos pelo órgão regulador e com os melhores resultados obtidos desde a criação destes indicadores em 2001.

Os gráficos seguintes mostram a evolução destes indicadores nos últimos 18 anos:



No mesmo sentido, o relacionamento com o cliente foi um dos principais focos da atuação da Distribuidora, que investiu na otimização do serviço prestado pelos empregados responsáveis pelo atendimento direto ao consumidor. Palestras de sensibilização, treinamentos específicos e provas de conhecimento foram realizadas com os atendentes do *Call Center,* visando a eliminação de imperfeições no atendimento telefônico, para tornar o processo mais ágil, cortês e eficiente.

O reconhecimento dos consumidores da CEB Distribuição S.A. refletiu-se na premiação IASC de 2018, promovido pela ANEEL, na qual a concessionária obteve a segunda colocação como "Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste".

Ainda em 2018, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE conferiu à CEB Distribuição S/A o "Prêmio na Categoria Menção Especial à Maior Evolução do Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida".

Para esta *holding*, em 2018 , o desempenho no segmento de geração de energia, embora dentro do esperado, não foi suficiente para suprir as dificuldades econômico-financeiras encontradas no negócio de distribuição. A CEB Distribuição registrou prejuízo de R$ 33,7 milhões no exercício, enquanto o Plano de Negócios previa lucro de R$ 33,2 milhões.

A tabela seguinte mostra, entre outros indicadores, o EBTIDA e o Lucro Líquido consolidados, alcançados nos exercícios de 2017 e 2018:

(R$ Mil)	2018	2017 Reapresentado	Δ 2018/2017
Receita Operacional Líquida	**2.590.209**	**2.716.256**	**(4,64%)**
Custo/Despesa Operacional	**2.365.059**	**2.485.758**	**(4,85%)**
EBITDA	**293.107**	**296.067**	**(1,00%)**
Lucro Líquido/Prejuízo Consolidado	**89.972**	**130.401**	**(31,00%)**
Investimentos	**92.960**	**73.843**	**25,75%**
Patrimônio Líquido	**587.113**	**542.867**	**8,15%**

Adicionalmente, é relevante destacar que, em função de medidas adotadas pela companhia no último quadriênio, o prejuízo acumulado que persistia até 2017 foi revertido, conforme demonstra a tabela seguinte:

(R$ Milhões)	2014	2015 Reapresentado	2016 Reapresentado	2017 Reapresentado	2018
Lucro Líquido/Prejuízo Acumulado Consolidado	**(251,0)**	**(231,7)**	**(188,2)**	**(65,5)**	**24,5**

Para o alcance de tais resultados, foi determinante a alienação de imóvel da CEB Geração S.A., compensando em parte o prejuízo apurado na CEB Distribuição.

Em busca do equilíbrio financeiro da companhia, a administração utilizou ainda outras fontes de recursos, com destaque para a redução de capital da CEB Participações S.A. e da CEB Lajeado S.A.

A partir da posse, em janeiro de 2019, a atual administração fez uma avaliação do Plano de Negócios da Companhia para o período de 2019 a 2023, identificando a necessidade de revisá-lo, para adequação de algumas premissas e prazos, como, por exemplo, no caso da alienação de ativos de geração e venda de terrenos, à luz do cenário encontrado nos registros contábeis da companhia e de condições de mercado verificadas na atual conjuntura econômica.

O cenário para a companhia em 2019 é desafiador, já que, embora o PMSO esteja em trajetória declinante, essas despesas operacionais permanecem em níveis elevados em relação aos parâmetros regulatórios, e o grau de alavancagem no principal negócio da Companhia (distribuição) continua alto. Diante dessa conjuntura, é realista que se trabalhe com a perspectiva de novos aportes de capital na CEB Distribuição, de forma a assegurar o cumprimento rigoroso dos compromissos e obrigações do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, prorrogado em dezembro de 2015.

Finalmente, a CEB agradece aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, e reafirma seu compromisso de continuar prestando os serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente
SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
Presidente do Conselho de Administração

II. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 28 de fevereiro de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou o crescimento de 1,1% do PIB em 2018. Esta apuração, equivalente ao resultado de 2017, reverteu os desempenhos negativos de 2016 e 2015, quando foram registradas retrações correspondentes a (3,3%) e (3,5%).

Ainda de acordo com o Banco Central, a Taxa Básica de Juros - SELIC, que estava em 14,25% ao ano desde julho de 2015, iniciou uma trajetória de queda a partir de outubro de 2016, chegando em março de 2018 no patamar de 6,5% a.a, que se manteve estável até o final do exercício social.

Em resumo, a evolução do PIB foi modesta e a inflação medida pelo IPCA encerrou o ano de 2018 com 3,75%. Por sua vez, o dólar reverteu a tendência de desvalorização dos últimos anos e fechou 2018 cotado a R$ 3,88, ante aos R$ 3,31 apurado em 2017, aos R$ 3,40 em 2016 e aos R$ 4,20 em 2015. Complementarmente, a taxa de desemprego alcançou 11,6% no final do exercício, atingindo 12,2 milhões de brasileiros.

No entanto, embora os investimentos em infraestrutura no Brasil nos últimos anos estejam em declínio, o setor de energia (eletricidade e gás) tem se diferenciado e atraído capitais estrangeiros expressivos, em função das disponibilidades de recursos globais franceses, italianos, espanhóis, latino-americanos, indianos e chineses, dentre outros.

Têm-se observado nos últimos anos grande volume de recursos investidos nos segmentos de gás e eletricidade. Nota-se assim, uma ascensão dos investimentos estrangeiros em detrimento aos investimentos internos através das estatais e empreiteiras nacionais, em especial no segmento de transmissão de energia elétrica, que demanda grandes volumes de recursos.

REPERCUSSÕES GERAIS NO GRUPO CEB

Indicadores Inflacionários - Os preços das energias produzidas pelas empresas geradoras do Grupo CEB são reajustados anualmente por meio do IGP-M. A trajetória de alta ocorrida em 2018 contribuiu no sentido de recuperação das receitas, se comparado com os anos imediatamente anteriores. Já na CEB Distribuição S.A. o índice de reajuste aplicável à tarifa é o IPCA. Em função do comportamento praticamente similar, houve repercussão no mesmo sentido na receita da Distribuidora.

PIB e Desemprego - O moderado comportamento geral da economia e a alta taxa de desemprego impactaram o mercado consumidor de energia, particularmente na CEB Distribuição S.A..

Taxa Selic e Câmbio - As dívidas mais relevantes da CEB Distribuição S.A. são corrigidas pelo CDI, índice diretamente atrelado à taxa SELIC. A trajetória de estabilidade daquele indicador ocorrida em 2018, contribuiu positivamente para redução dos encargos das dívidas (empréstimos bancários e debêntures), quando se compara com o ocorrido em 2017, embora no último trimestre tenham sido efetivadas novas captações. Destaque-se ainda, as debêntures contratadas pela Corumbá Concessões S.A., remuneradas com 128% do CDI, cujo saldo em dezembro de 2018 alcançou cerca de R$ 314,6 milhões. Neste caso, também ocorreu importante redução das despesas financeiras. Por sua vez, o comportamento ascendente do dólar em relação ao real, propiciou pressão no caixa da CEB Distribuição S.A., considerando que a aquisição da energia de suprimento de Itaipu Binacional é dolarizada.

III. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Brasília - CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz - DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 - ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A..

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 - SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE homologou o aumento de capital da CEB em R$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

Atualmente, o capital social da CEB, no montante de R$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Ações Totais	
Acionistas	**Qtd**	**%**	**Qtd**	**%**	**Qtd**	**%**
Governo do Distrito Federal	**6.696.409**	**93,21**	**4.865.700**	**67,28**	**11.562.109**	**80,20**
Outros Acionistas	**487.760**	**6,79**	**2.366.514**	**32,72**	**2.854.274**	**19,80**
Total	**7.184.178**	**100,00**	**7.232.205**	**100,00**	**14.416.383**	**100,00**

Referência: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2018.

continua

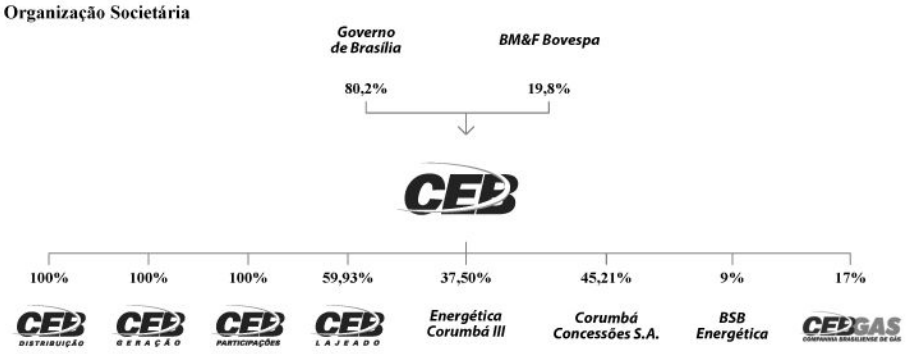
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros Consolidado

(R$ Mil)	2018	2017 Reapresentado	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	4.086.212	4.201.571	(2,75%)
Receita Operacional Líquida	2.590.210	2.716.256	(4,64%)
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	123.305	281.317	(56,17%)
EBITDA (LAJIDA)	293.107	296.067	(1,00%)
Lucro Líquido	89.972	130.401	(31,00%)
Patrimônio Líquido Controladora	587.113	542.867	8,15%

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília.

Em 2018 a Receita Operacional Líquida apresentou redução de 4,64% em relação a 2017, justificada pelo fato de que embora a receita de Fornecimento de Energia Elétrica tenha crescido 8,84%, as receitas de Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros reduziram significativamente, de R$ 212.685 mil para reversão de R$ 94.548, decorrente dos altos valores de Risco Hidrológico que são precificados pelo PLD. Ainda nesse período, especificamente a partir do 2º semestre, o valor do PLD atingiu o seu limite máximo. Esse efeito, motivou a amortização de R$ 172.230 da referida CVA em 2018.
O Lucro Líquido atribuído aos Controladores atingiu R$ 89.972 mil no exercício de 2018, representando uma redução de R$ 40.429 mil, em relação àquele reapresentado em 2017 (R$ 130.401 mil).
Por último, destaca-se o acréscimo do Patrimônio Líquido, ao evoluir de R$ 542.867 mil em 2017, para R$ 587.113 mil em 2018. Este comportamento se justifica pelo resultado apurado no exercício de 2018 e do efeito negativo do benefício pós-emprego, registrado diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

IV. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

Empresas Controladas

CEB Distribuição S.A.

Nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 - ANEEL, a Empresa tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada.
Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia - MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999 - ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.
A área de concessão da CEB Distribuição S.A. corresponde a 5.780 km2 e abrange todo o Distrito Federal, dividido em regiões administrativas, atendendo a 1.056.773 clientes.

Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	3.918.332	4.104.389	(186.057)
Receita Operacional Líquida	2.463.279	2.651.663	(188.384)
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	(77.121)	124.614	(201.735)
EBITDA (LAJIDA)	89.546	145.365	(55.819)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(33.678)	29.522	(63.200)
Patrimônio Líquido	267.463	320.459	(52.996)

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Distribuição S.A.

No exercício de 2018, apesar de um modesto cenário de recuperação econômica que afetou o consumo de energia, a CEB Distribuição S.A. registrou prejuízo de R$ 33.678 mil, resultado aquém ao alcançado em 2017 (lucro de R$ 29.522 mil).
Por sua vez, no mesmo exercício, registrou-se um EBITDA no montante de R$ 89.546 mil, 38,40% inferior ao apurado em 2017, no valor de R$ 145.365 mil.
Finalmente, observe-se que houve uma redução no Patrimônio Líquido de R$ 52.996 mil ocasionado pelo prejuízo apurado no exercício.

CEB Geração S.A.

A CEB Geração S/A é uma concessionária na condição de Produtora Independente, obtendo sua receita operacional exclusivamente da venda de energia da PCH Paranoá.
A receita operacional líquida da Companhia, em 2018, totalizou R$ 18.306 mil, com diminuição em 10,2% em relação ao ano de 2017, tal variação justifica-se, principalmente, pelo fato do aumento da receita dos contratos de venda de energia pela correção da inflação (IPCA) não ter sido suficiente para compensar a variação negativa oriunda do efeito do Mercado de Curto Prazo - MCP e do aumento das deduções de encargos do setor elétrico. Embora apresente diminuição na receita líquida do ano, o resultado operacional líquido e o lucro líquido apresentou considerável aumento em outras receitas com a alienação do terreno do SIA registrada em outubro de 2018.

Dados Econômico-Financeiros

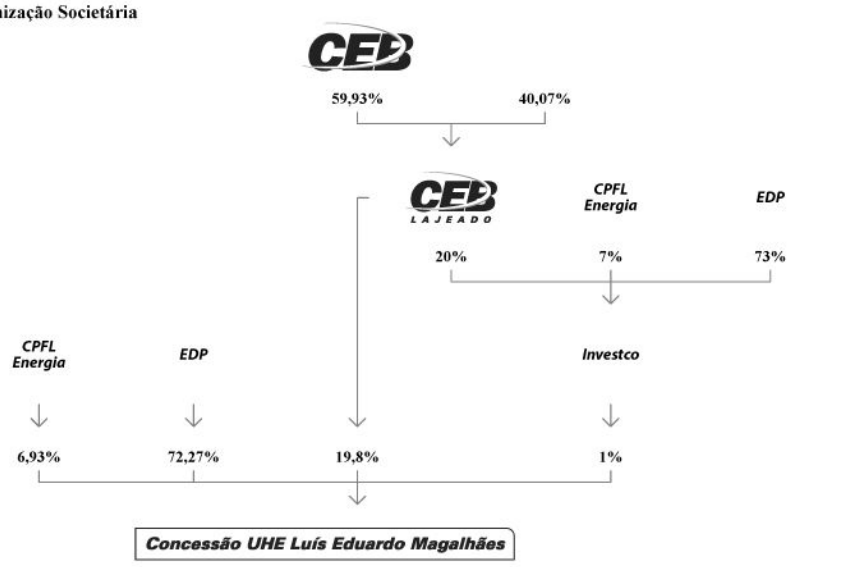
(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	19.596	21.520	(1.924)
Receita Operacional Líquida	18.306	20.390	(2.084)
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	82.948	7.412	75.536
EBITDA (LAJIDA)	82.465	7.764	74.701
Lucro Líquido (Prejuízo)	56.009	6.571	49.438
Patrimônio Líquido	51.880	11.444	40.436

Fonte: Relatório de Administração da CEB Geração S.A.

CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.
A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.
As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	196.051	195.487	564
Receita Operacional Líquida	171.589	171.891	(302)
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	71.898	70.749	1.149
EBITDA (LAJIDA)	75.767	72.845	2.922
Lucro Líquido (Prejuízo)	47.149	45.676	1.473
Patrimônio Líquido	283.004	273.891	9.113

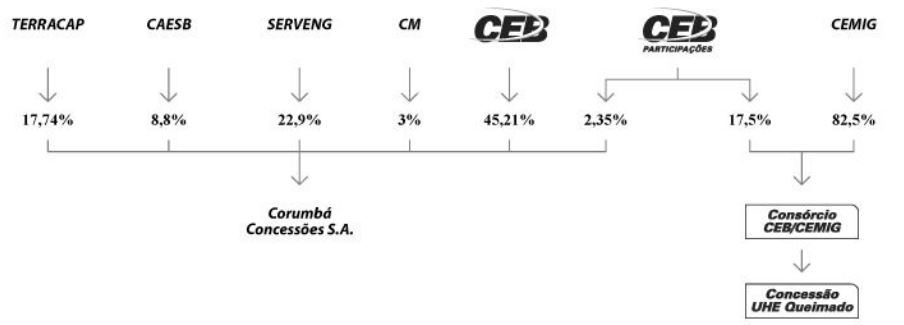
Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Lajeado S.A.

Após a amortização dos financiamentos contraídos para a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, os resultados líquidos apurados pela CEB Lajeado S.A. vêm se mantendo consistentes ao longo dos anos. A CEB Lajeado S.A. tem cumprido, rigorosamente, com as obrigações legais do exercício, bem como com as metas fixadas pela Administração.
Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento, que significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEB Lajeado S.A. é titular.
O exercício também foi caracterizado pelo expressivo desempenho econômico-financeiro da CEB Lajeado S.A, similar ao apurado em 2017. No campo econômico a Empresa alcançou um dos maiores resultados desde a sua
criação, fruto de práticas de governança corporativa eficientes, controle intensivo de custos e de estratégias comerciais adequadas.
Cabe ressaltar que o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, aprovando a metodologia adotada no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". O documento determinou uma redução do montante de Garantia Física de Energia da UHE Luís Eduardo Magalhães correspondente a 4,08%, diminuindo a Garantia Física da CEB Lajeado S.A. de 104,260 MWmédios para 100,010 MWmédios.
Observa-se bons resultados na apuração do EBITDA e do Lucro Líquido, mantendo o patamar do exercício anterior. Tais comportamentos refletem o conjunto das ações empregadas pela Administração da Empresa que resultaram, principalmente, na diminuição das despesas operacionais.

CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.
Atua na comercialização de energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,50% no Consórcio Cemig- CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica e detém a participação acionária correspondente a 2,35% do Capital da geradora Corumbá Concessões S.A..

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	21.198	18.151	3.047
Receita Operacional Líquida	19.743	16.970	2.773
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	15.539	9.185	6.354
EBITDA (LAJIDA)	15.704	9.777	5.927
Lucro Líquido (Prejuízo)	14.621	8.293	6.328
Patrimônio Líquido	31.529	26.794	4.735

Fonte: Relatório de Administração da CEB Participações S.A.

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, pelas aplicações financeiras e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A..

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

A receita operacional bruta, composta pela soma das receitas auferidas da venda de energia e da prestação de serviços, cresceu 16,79% em 2018. A Receita Financeira em 2017, equivalente a R$ 880 mil, apresentou redução de 24,43% em 2018.

Destaca-se que os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR[1] sofreram uma expressiva diminuição, saindo de R$ 2.370 mil em 2017, para R$ 105 mil, essa redução se deve pelo crédito financeiro obtido durante o exercício que foi suficiente para garantir as exposições negativas verificadas em alguns meses do segundo semestre, permitindo assim que a CEB Participações finalizasse o exercício com recursos financeiros junto à CCEE.

A Empresa celebrou contrato de mútuo com a Companhia Corumbá Concessões S.A. no valor de R$ 384 mil, com vigência total de 42 meses - 18 meses de carência inicial e 24 parcelas - corrigidos pelo sistema de amortização constante (SAC), acrescidos de correção monetária pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

Seguindo as diretrizes do Grupo CEB, a CEB Participações S.A. promoveu a redução do seu capital social em R$ 10.000 mil no exercício de 2017, considerado excessivo para a realização do objeto estatutário nos termos do art. 173 da Lei 6.404/1976, com a diminuição do número de ações ordinárias nominativas na mesma proporção, que passou a ser de R$ 21.270 mil.

Companhia Brasiliense de Gás

A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

• Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;

• Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e

• Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

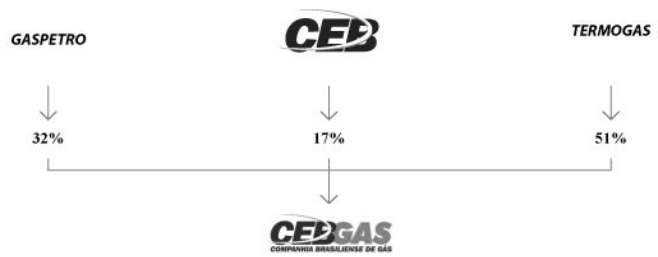
Atualmente, a Companhia explora a distribuição de gás veicular, em montantes limitados que tem impossibilitado a apuração de resultados favoráveis.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás, com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

[1] **ACR** - Ambiente de Contratação Regulada.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	5.242	3.721	1.521
Receita Operacional Líquida	4.053	2.834	1.219
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	(342)	(546)	204
EBITDA (LAJIDA)	(333)	(342)	9
Lucro Líquido (Prejuízo)	(342)	(546)	204
Patrimônio Líquido	791	733	58

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Brasiliense de Gás.

O primeiro desafio para distribuição do gás canalizado é o desenvolvimento de uma infraestrutura logística adequada de suprimento. O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, de forma que, enquanto as iniciativas de implantação desta infraestrutura não se materializarem, a solução utilizada para a antecipação da oferta ao mercado é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito.

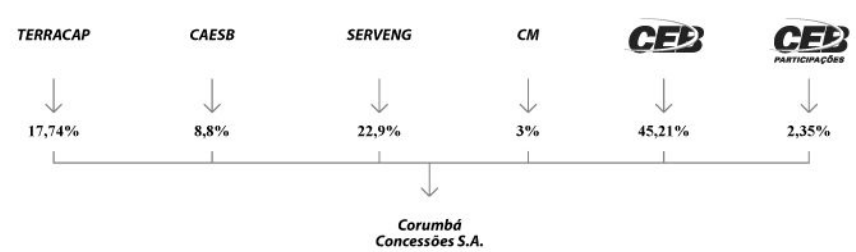
O gás natural liquefeito é suprido para a Companhia Brasiliense de Gás pela empresa GNL Gemini Logística e Comercialização de Gás Ltda - Gemini, uma sociedade formada pelas empresas White Martins, Petrobrás e a Gaspetro.

A alternativa para redução do prejuízo que vem sendo apurado no negócio anualmente (R$ 342 mil em 2018), seria a estruturação de um projeto para conectar o gasoduto Bolívia-Brasil - Gasbol ao Distrito Federal, iniciativa que compete à União, por força do artigo 177 da Constituição da República.

Empresa Coligada Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo CEB no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% da CEB Participações S.A..

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017 Reapresentado	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	172.077	192.658	(20.581)
Receita Operacional Líquida	165.750	184.304	(18.554)
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	60.346	9.368	50.978
EBITDA (LAJIDA)	111.081	77.382	33.699
Lucro Líquido (Prejuízo)	40.000	5.887	34.113
Patrimônio Líquido	194.291	158.091	36.200

Fonte: Demonstrações Contábeis da Corumbá Concessões S.A.

O ano de 2018 se mostrou, como previsto no Plano de Negócios da Companhia, um ano de retomada da sua lucratividade com bons projetos e iniciativas. A Companhia fechou o ano com lucro líquido de R$ 40.000 mil, representando um retorno sobre o capital próprio de quase 21% e propondo pagamento de dividendos, de acordo com o previsto no Estatuto Social, em valores bem superiores aos registrados nos últimos exercícios.

Sob outra perspectiva, a estrutura de endividamento que restou, preponderantemente, em decorrência do 1º Procedimento Arbitral demandado pela Controladora Serveng Civilsan S.A. contra a Corumbá Concessões S.A., cujo desfecho ocorreu em 2014, também produz resultados financeiros negativos que exigirão longo período para superação das obrigações relativas aos encargos de dívidas, situação que influencia a apuração de resultados mais satisfatórios nos próximos anos.

Por essas razões, os acionistas realizaram operações de mútuo para suprir as dificuldades de caixa da Empresa, restando à CEB e à CEB Participações S.A., as formalizações de empréstimos nos valores de R$ 3.706 mil e R$ 192 mil em 2016; e de R$ 7.461 mil e R$ 384 mil, em 2017, respectivamente.

Finalmente, é relevante comentar o 2º Requerimento de Instauração de Procedimento Arbitral também de iniciativa da Controladora Serveng Civilsan S.A., em desfavor da Corumbá Concessões S.A..

No período de julho de 2005 a abril de 2008, a Serveng Civilsan S.A. aportou na Corumbá Concessões S.A. o montante de R$ 38.195 mil, enquanto a CEB destinou R$ 3.232 mil, para suprir desequilíbrio de caixa da geradora.

Entretanto tais aportes, inicialmente, foram contabilizados no Patrimônio Líquido e, posteriormente, migraram para a conta de passivo. Restou a indefinição se os montantes estariam caracterizados como Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital ou como mútuos. A solução a ser dada à questão poderá impactar os resultados econômico-financeiros do negócio, sem valores mensuráveis até a presente data, que dependem do resultado do processo de arbitragem em curso envolvendo a Serveng Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A., bem como afetar as participações acionárias da CEB e da CEB Participações S.A. no empreendimento.

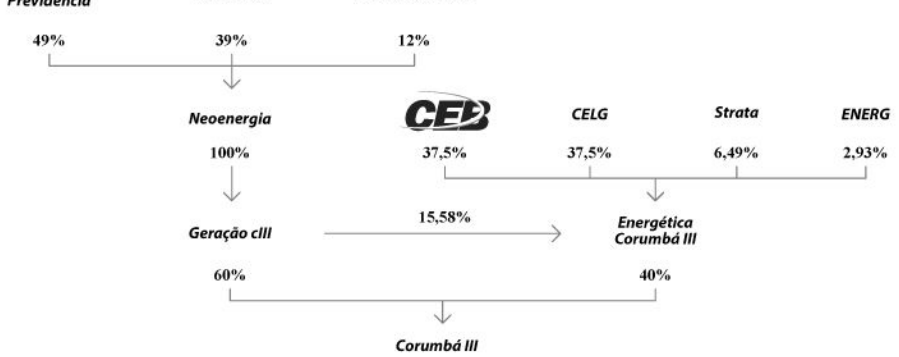
Diante do cenário de discordância, em agosto de 2017, a Controladora Serveng Civilsan S.A. requereu ao Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o reconhecimento de dívida (mútuo), com correção dos valores.

Em função da importância do tema, a CEB e a CEB Participações S.A., bem como os demais acionistas estatais (Terracap e CAESB), estão efetuando atento acompanhamento do desenrolar do processo instaurado, contando com a atenção da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Empresa Controlada em Conjunto Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Receita Operacional Bruta	47.659	45.263	2.396
Receita Operacional Líquida	44.830	43.182	1.648
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	15.694	16.103	(409)
EBITDA (LAJIDA)	25.054	24.868	186
Lucro Líquido (Prejuízo)	14.129	14.469	(340)
Patrimônio Líquido	167.479	166.287	1.192

Fonte: Demonstrações Contábeis da Energética Corumbá III S.A.

Ano a ano, os resultados da Energética Corumbá III S.A. têm sido positivos e crescentes, à medida em que se amortiza o montante do financiamento captado para a construção da Usina Corumbá III. Com efeito, verifica-se que o Lucro Líquido de 2018 foi no mesmo patamar daquele apurado em 2017.

Fato relevante a ser destacado foi a formalização do Acordo Global concluído em 2016, envolvendo diversas empresas, incluindo aquelas acionistas da Energética Corumbá III S.A., e participantes dos Consórcios Empreendedor Corumbá III e Construtor Corumbá III.

Em 2017, o mencionado Acordo resultou nas eliminações de diversas demandas tratadas em ambiente arbitral e jurídico, remanescentes de reivindicações (*claims*) oriundas da época da construção da usina. Tais eliminações significaram desistências e quitações de eventuais obrigações recíprocas, pendentes de julgamentos, que agregaram valor ao negócio, uma vez que deixaram de existir expectativas futuras de provisões no passivo da Energética Corumbá III S.A..

Outro aspecto positivo reside nas solicitações dos acionistas para que seja elevado o limite de distribuição de resultados, atualmente restrito ao percentual mínimo legal (25%), por exigência do BNDES quando da contratação do financiamento, tendo em vista que parte significativa deste compromisso foi honrado, de forma a permitir recebimentos de dividendos em montantes mais elevados.

Empresa Ligada BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

Em 2006, ao associar-se com outras empresas que possuíam concessões, projetos e licenças ambientais de empreendimentos de mesma natureza (PCHs), a BSB Energética S.A. passou a deter participação acionária na Brasil PCH S.A..

A Brasil PCH S.A. possui 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade total de 291 MW e a BSB Energética S.A. tem participação equivalente a 14,70% do capital.

A venda da energia gerada se dá por meio de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas relacionadas com as PCHs para a Eletrobrás, por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

continua

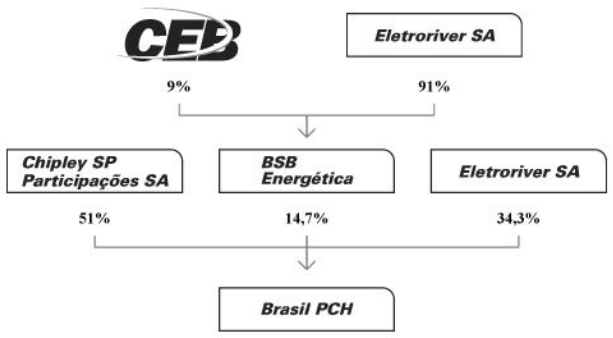
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2018	2017	Δ 2018/2017
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	23.705	34.632	(10.927)
Lucro Líquido (Prejuízo)	23.705	34.632	(10.927)
Patrimônio Líquido	31.693	26.036	5.657

Fonte: Demonstrações Contábeis da BSB Energética S.A..

O Lucro Líquido do exercício de 2018 (R$ 23.705 mil) foi 31,6% inferior ao apurado em 2017 (R$ 34.632 mil). Esse desempenho pode ser justificado com os seguintes argumentos:

• A BSB Energética S.A. é uma empresa *holding* pura, que recebe dividendos da Brasil PCH, companhia que controla 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs de geração hidrelétrica. Sua receita, portanto, é exclusivamente decorrente do recebimento da distribuição de resultados;

• Nos exercícios de 2014 e 2015, a crise hídrica atingiu todos os geradores hidrelétricos brasileiros. As empresas geradoras que não participam do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, apuraram as repercussões econômico-financeiras negativas nos próprios exercícios em que houve a escassez hídrica; e

• Como os empreendimentos do PROINFA estão 100% contratados, a mencionada crise hídrica causou exposição das geradoras ao preço de curto prazo (*spot*) elevados. Os efeitos desta exposição ocorreram nos citados exercícios, contudo, conforme definido no PROINFA, somente serão cobrados nos anos subsequentes em 12 parcelas.

V. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta consolidada apurada no ano de 2018 totalizou R$ 4.086.212 mil, R$ 115.359 mil inferior à receita obtida no ano de 2017, correspondente a R$ 4.201.571 mil.

As principais variações da Receita Operacional foram as seguintes:

	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Fornecimento de Energia Elétrica	3.622.738	3.328.555	294.183	8,84%
Energia Elétrica de Curto Prazo	195.879	380.646	(184.767)	(48,54%)
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(94.548)	212.685	(307.233)	(144,45%)

• A Receita de Fornecimento de Energia Elétrica registrou, em 2018, R$ 3.622.738 mil, 8,84% superior ao reconhecido em 2017.

• A receita de Energia de Curto Prazo atingiu, em 2018, R$ 195.879 mil, 48,54% inferior à receita reconhecida em 2017, que não apresentou o efeito da redução das sobras de energia. Tal fato ocorreu em virtude da ausência de parametrização no sistema da CCEE, o qual não absorveu os efeitos do MCSD-EN em 2017. Em 2018, os valores do Mercado de Curto Prazo já foram contabilizados com os efeitos do referido Mecanismo, resultando na redução da receita, após o pleno funcionamento do sistema.

• A receita de Recursos da Parcela A e Outros Itens Financeiros, exclusiva da Controlada CEB Distribuição S/A, apresentou redução, no ano de 2018, de R$ 307.233 mil (144,45%). A variação negativa entre 2017 e 2018, decorreu dos altos valores de Risco Hidrológico que são precificados pelo PLD. Ressalte-se que, especificamente a partir do 2º semestre de 2017, o valor do PLD atingiu o seu limite máximo (R$533,82/Mwh). Além disso, foram alocadas na CVA Energia as recontabilizações do Mercado de Curto Prazo em função da ausência de parametrização nos sistemas da CCEE. Em 2018, após a finalização dos ajustes dos relatórios da referida Empresa, foi realizada a permuta dos valores alocados na CVA energia para a conta de Sobrecontração. Em março de 2017, a Aneel recalculou o EER de Angra III e reduziu nas tarifas dos consumidores a cobertura relativa ao encargo de Energia de Reserva. Essa variação é explicada pelo efeito da redução da cobertura tarifária no RTA de 2017/2018.

Ao longo do ano de 2017 e 2018 não ocorreram pagamentos expressivos de ESS/EER o que gerou delta negativo a ser repassado na tarifa aos consumidores. A relação entre a receita auferida pela Companhia e a cobertura tarifária prevista pela Aneel resulta na Neutralidade da Parcela A. Assim, em 2017, a queda da receita resultou no montante de R$ 44 milhões, reconhecido no RTA de 2018. Ainda, com relação a Neutralidade da Parcela A de 2018, a leve reação no crescimento de mercado resultou na constituição da Neutralidade passiva. A CVA Rede Básica, os custos incorridos nessa rubrica, proveniente da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A (VSB), não foram objetos de constituição, pois o ativo não foi efetivamente disponibilizado aos consumidores.

Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

Os custos e despesas operacionais consolidados em 2018 totalizaram R$ 2.460.375 mil, correspondendo a uma redução de R$ 27.225 mil (1,09%), em relação ao montante registrado em 2017.

As principais variações dos custos e despesas operacionais constam no quadro seguinte:

	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Custo da Compra de Energia Elétrica	(1.441.133)	(1.169.677)	(271.456)	23,21%
Energia Elétrica de Curto Prazo	(113.464)	(352.229)	238.765	(67,79%)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(127.374)	(75.454)	(51.920)	68,81%
Pessoal	(207.443)	(243.203)	35.760	(14,70%)

• O Custo da Energia Elétrica Comprada registrou um aumento de R$ 271.456 mil (23,21%), em relação ao ano anterior; o Custo da Energia Elétrica de Curto Prazo, porém, apresentou decréscimo da ordem de R$ 238.765 mil (67,79%), em função principalmente dos reflexos dos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo, relativo ao Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças.

• As Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa totalizaram R$ 127.374 mil, um aumento de R$ 51.920 mil, em comparação com o ano anterior, justificado pelo recebimento em 2017, de R$ 58.848 relativo a faturas em atraso da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP. Por conta disto, naquele ano a provisão foi revertida em R$ 39.867, já que representavam as faturas vencidas há mais de 365 dias.

• As Despesas de Pessoal reduziram 14,70% (R$ 35.760 mil) decorrente da demissão de 59 empregados, sendo 45 vinculados à política de desligamento da Companhia, em contrapartida à contratação de 54 empregados com custos reduzidos à Companhia.

Depreciação e Amortização

(R$ Mil)	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Depreciação/Amortização	56.751	65.569	8.818	(13,45%)

A despesa com Depreciação e Amortização alcançou R$ 56.751 mil em 2018, significando uma redução de R$ 8.818 mil (13,45%) em relação ao total registrado em 2017, em função de itens que saíram do cálculo de depreciação no período por estarem totalmente depreciados.

Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

O item determinante para o comportamento da rubrica Outras Receitas/(Despesas) Operacionais foi o Resultado na Baixa de Bens (R$ 88.442 mil), decorrente da alienação de terreno da CEB Geração, no valor de R$ 76.100 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro acumulado no ano de 2018 foi negativo em R$ 113.051 mil (R$ 50.819 mil positivo em 2017), ocorrendo portanto, uma variação percentual de -322,46%.

	Consolidado		Δ	
(R$ Mil)	31/12/2018	31/12/2017	(R$ Mil)	(%)
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	24.239	18.400	5.839	31,73%
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios	33.531	84.204	(50.673)	(60,18%)
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	27.518	39.205	(11.687)	(29,81%)
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.117	7.408	(1.291)	(17,43%)
Receita de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	23.495	16.225	7.270	44,81%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	(23.388)	(15.000)	(8.388)	55,92%
Multas e Penalidades Aplicadas	2.505	2.587	(82)	(3,17%)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(3.718)	(4.145)	427	(10,30%)
Outas Receitas Financeiras	1.632	652	980	150,31%
Subtotal	91.931	149.536	(57.605)	(38,52%)
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(69.132)	(34.825)	(34.307)	98,51%
Encargos de Dívidas	(47.063)	(58.831)	11.768	(20,00%)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	(53.770)	(46.239)	(7.531)	16,29%
Atualização de Benefício Pós-Emprego	(1.014)	(166)	(848)	510,84%
Recuperação de Despesas	27.268	69.977	(42.709)	(61,03%)
Outras Despesas Financeiras	(57.048)	(27.912)	(29.136)	104,39%
Subtotal	(200.759)	(97.996)	(102.763)	104,86%
Variação Cambial (Itaipu Binacional)	(4.223)	(721)	(3.502)	485,71%
Resultado Financeiro	(113.051)	50.819	(163.870)	(322,46%)

As principais variações na composição do Resultado Financeiro que contribuíram para a apuração negativa desse agregado foram as seguintes:

- A redução das atualizações monetárias sobre ativos e passivos regulatórios, de R$ 58.204 mil menor que em 2017, é derivada da constituição de ativos regulatórios em valores menores do que as amortizações e no caso dos passivos regulatórios, a tendência foi contrária, ou seja, constituições maiores do amortizações.
- A redução da receita em R$ 11.687 mil relacionado com Acréscimos Moratórios da Conta de Energia Elétrica, que em 2018 alcançou R$ 27.518 mil (R$ 39.205 mil em 2017).
- O aumento de Juros/Variações Monetárias sobre Passivos foi decorrente do parcelamento de R$ 196.397 mil relativo a dívidas com a CCEE no Mercado de Curto Prazo, que incide encargos moratórios de 1% a.m. e atualização monetária pelo IGP-M
- O acréscimo da despesa com a Variação Cambial refere-se à renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica das faturas de compra de energia elétrica de Itaipu Binacional no período de março a julho de 2018, justificada pela apreciação do dólar.
- A retração dos Encargos de Dívidas no valor de R$ 11.768 mil, passando de R$ 58.831 mil em 2017, para R$ 47.063 mil em 2018, foi favorecida pela diminuição da taxa do CDI que alcançou no final do período 6,50% ao ano.
- A CEB Distribuição S/A registrou uma redução na rubrica Recuperação de Despesas, na ordem de R$ 42.709, quando comparado com 2017, em razão da reversão de atualização monetária do superávit de Baixa Renda, ocorrido naquele ano.

Outros Indicadores

EBITDA (LAJIDA)

(R$ Mil)	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Exercício	115.710	155.552	(39.842)	(25,61%)
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	7.595	125.765	(118.170)	(93,96%)
(+/-) Resultado Financeiro	113.051	(50.819)	163.870	(322,46%)
(+/-) Depreciação/Amortização	56.751	65.569	(8.818)	(13,45%)
EBITDA (LAJIDA)	293.107	296.067	(2.960)	(1,00%)
Margem EBITDA (LAJIDA) %	11,32%	10,90%		

O EBITDA (LAJIDA), de R$ 293.107 mil, em 2018, apresentou estabilidade, quando comparado com o resultado de R$ 296.067 mil apurado em 2017. Por sua vez, a Margem EBITDA (LAJIDA) correspondeu a 11,32% no exercício, enquanto em 2017 registrou-se 10,90%.

Empréstimos e Financiamentos:

Em 2018, foram captados R$ 115.000 mil em Empréstimos e R$ 200.000 mil por meio da 3ª Emissão de Debentures, com carência de 24 meses e amortização em 36 parcelas e taxa efetiva de remuneração correspondente a CDI + 4% ao ano.

A seguir apresenta-se a composição da Dívida Bancária Líquida da Companhia que foi reduzida em R$ 57.609 mil, registrando uma retração de 13,88%. Contribuiu para esse comportamento o aumento significativo de caixa disponível.

(R$ Mil)	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Curto Prazo	132.321	189.671	(57.350)	(30,24%)
Longo Prazo	404.739	317.300	87.439	27,56%
Endividamento	537.060	506.971	30.089	5,94%
(-) Caixa Disponível	(179.699)	(92.001)	(87.698)	95,32%
= Dívida Bancária Líquida	357.361	414.970	(57.609)	(13,88%)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O quadro seguinte sintetiza a movimentação da dívida no exercício de 2018:

(R$ Mil)	31/12/2018
Saldo Inicial em 31/12/2017	506.971
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures Obtidos	315.000
Encargos Incorridos no Período	48.182
Encargos Financeiros Pagos	(49.251)
Amortizações de Principal	(284.583)
Deságio, Variação Monetária e Custo da Transação	271
Saldo Final em 31/12/2018	537.060

CAPEX

(R$ Mil)	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
CAPEX	92.960	73.843	19.017	25,75%

Em 2018, os investimentos foram de 92.960 R$ (R$ 73.843 mil em 2017), apresentando um acréscimo de 25,75% em relação ao volume investido em 2017. Os recursos investidos em 2018 foram destinados, principalmente, às obras de expansão do sistema e à modernização e manutenção da rede de distribuição, no valor de R$ 88.625 mil (R$ 68.993 mil em 2017); à aquisição de software com registro de R$ 866 mil (R$ 4.127 mil em 2017) no Intangível; e R$ 1.451 mil (R$ 722 mil em 2017) relativos aos imobilizados não vinculados à concessão.

Distribuição do Valor Adicionado

(R$ Mil)	2018	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Distribuição do Valor Adicionado	1.870.868	1.947.076	(76.208)	(3,91%)

Em 2018, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R$ 1.870.868 mil, com redução de 3,91% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R$ 193.458 mil foram destinados aos Empregados (10,34%); R$ 1.339.935 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (71,62%); R$ 228.182 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (12,20%); e R$ 109.294 mil à Remuneração de Capital Próprio (5,84%).

VI. GESTÃO DE PESSOAS

A CEB tem como cultura organizacional a valorização do ser humano, a meritocracia e o incentivo ao autodesenvolvimento, tendo como princípios a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, visando sempre o fiel cumprimento de sua Missão.

Os principais projetos executados pela gestão dos recursos humanos em 2018 foram voltados para capacitação técnica, saúde e segurança no trabalho dos empregados, qualidade de vida e valorização do ser humano, além do fiel cumprimento dos dispositivos constitucionais, legislatórios, previdenciários, tributários e normativos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a CEB Distribuição S.A. possuía 908 empregados efetivos. Destes, 851 estão laborando na Empresa; 7 estão cedidos para o sindicato, com ônus para a Distribuidora; 41 cedidos à Companhia Energética de Brasília - CEB e suas controladas; e os demais 9 para outros Órgãos Públicos, todos com ônus para o requisitante. Ocorreram ainda, 27 contratações em função de ações judiciais relacionadas com o concurso público; 26 reposições recrutadas do concurso público; e 84 desligamentos, 45 decorrentes da política vigente (aposentadorias) e 25 empregos em comissão.

Além dos 851 empregados em efetivo labor na CEB Distribuição S.A., a Empresa conta com 6 servidores requisitados do GDF/Governo Federal. Finalmente, em atendimento ao seu papel social, a CEB Distribuição S.A. propicia aprendizagens supervisionadas para 40 Jovens Aprendizes e 40 Estagiários.

Quanto às capacitações, foram realizados treinamentos para o desenvolvimento do quadro de colaboradores que totalizou 39.418 aluno/hora. Os principais cursos e eventos realizados foram os seguintes: Formação e reciclagem em NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; Formação e reciclagem em NR 33 - Trabalho em Espaço Confinado; Formação e reciclagem em NR 35 - Trabalho em Altura; Religador ecil e chaves fusível religadora; Curso de formação de eletricista módulo RDS; Treinamento de eletricistas no sistema de despacho de serviços comerciais; Reciclagem na operação da mesa AT; Curso SEI; Reciclagem 2018 - sistema action net; Reciclagem digiteam; Curso de integração para novos empregados; Treinamento para implantação do procedimento de cadastramento de iduc´s; Treinamento do módulo PM - Sistema SAP; Código de conduta e integridade; Capacitação de usuários do nexo - segurança do trabalho; Treinamento EFC 2018; Contabilidade e IFRS para empresas do setor de energia elétrica; Treinamento no sistema de despacho comercial/digiteam; Oficina de comunicação não violenta - CNV; Cadastramento de empresas para recebimento de citações e intimações de forma eletrônica; treinamento qlik sense; Gestão de riscos - Lei 13.303/2016; e Workshop combate a corrupção.

Atualmente, o quadro de pessoal do Grupo CEB é composto por 1.042 empregados e colaboradores, conforme demonstra o quadro seguinte:

(R$ Mil)	CEB	CEB Distribuição S.A.	CEB Geração S.A	CEB Lajeado S.A.	CEB Participações S.A.	Total
Efetivos / Diretores	3	851	1	1	2	858
Requisitados	34	6	4	2	1	47
Cedidos	0	16	0	0	0	16
Comissionados	9	0	1	4	7	21
Jovens Aprendizes	0	40	0	0	0	40
Estagiários	20	40	0	0	0	60
Total	66	953	6	7	10	1.042

VII. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As principais ações desenvolvidas em 2018 referente à Responsabilidade Socioambiental da Companhia incidem nos seguintes campos: licenciamento ambiental, compensação florestal, manejo da vegetação próxima ao sistema elétrico, gestão de resíduos sólidos, uso racional de recursos hídricos e conscientização sobre o uso racional da energia.

Em decorrência do racionamento de água imposto no Distrito Federal, a CEB com medidas efetivas de combate ao desperdício de água, como campanhas e reparos em toda a instalação hidráulica, conseguiu reduzir em mais de 20% o consumo de água em relação ao ano de 2017.

Em 2018 foram concedidas 03 (três) Autorizações Ambientais, referentes as obras de implantação da Linha de Distribuição de Brasília Leste.

Continua em andamento a implantação do "Plano de Recuperação de Áreas Degradas (PRAD) " na área do Parque Nacional de Brasília, que prevê a recuperação de uma área de 8,79 hectares, com o plantio 19.532 (dezenove mil, quinhentos e trinta e duas) mudas nativas do Cerrado. O acompanhamento ambiental deste PRAD, tem demonstrado que a área tem se regenerado de forma satisfatória.

Neste exercício, foram assinados 03 (três) novos termos de compensação florestal referente às obras da Linha de distribuição de Brasília Leste que compõe 03 (três) traçados de linhas.

Ainda em 2018, o valor investido no manejo de vegetação próximo a rede aérea foi de aproximadamente R$ 6.035.626,58 (seis milhões, trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos).

Em decorrência da Lei 5.610/2016 que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, a CEB - D foi enquadrada como grande gerador. Dando continuidade à gestão de resíduos na empresa foi revisto o grupo de trabalho responsável por está gestão, por meio da Portaria n.428/2017- DD com a atribuição de implantação e monitoria assistida do Plano de Gerenciamento de Resíduos.

Em abril de 2018 o SENAI treinou servidores sobre a Gestão de Resíduos na empresa. Foram destinados 5,98 toneladas para reciclagem e 3,12 toneladas para incineração de equipamentos com PCB, no valor de R$ 870.000,00 (Oitocentos e setenta mil reais).

O "Projeto Coleta de Lâmpadas" para o seguimento residencial, teve os postos de coleta ampliados. Os postos de coleta existentes atualmente sob responsabilidade da CEB-D estão nas Agências de Atendimento de Brasília, Brazlândia, Planaltina, Guará, Santa Maria e Paranoá. Em 2018 foram destinadas 15.000 lâmpadas em fim de vida útil.

VIII. PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS

O expressivo crescimento dos investimentos estrangeiros no setor de energia (eletricidade e gás) que tem se verificado no Brasil tende a continuar nos próximos anos, de acordo com as intenções apuradas pelo Ministério de Desenvolvimento.

Assim, os fatos ocorridos recentemente, particularmente em 2018, e as projeções colhidas no setor, apontam claramente para um mercado comprador, conjuntura que favorece àquelas organizações que planejam eventuais desmobilizações de ativos em suas estratégias empresariais, em todos os setores de energia.

De outro lado, nos últimos anos, os segmentos de distribuição e geração de energia, em especial os empreendimentos hidroelétricos, tem enfrentado dificuldades decorrentes da crise hídrica que persiste, aflorando inconsistências regulatórias que resultaram e suscitam novas judicializações, trazendo inseguranças e causando efeitos nocivos nos resultados empresariais.

Tal conjuntura não tem solução de curto prazo e exigirá atenção permanente e proativa para mitigação das repercussões que continuarão se apresentando.

Considere-se ainda o ambiente econômico-financeiro do País. O último triênio mostrou-se desfavorável para a maioria das empresas. As retrações do PIB apuradas em 2015 e 2016, e a tímida retomada de crescimento de em 2017 e 2018, exigiram pronta movimentação das administrações para permitir a continuidade operacional das organizações.

As projeções para a economia nacional para os próximos anos são mais favoráveis, porém, deverão ser monitoradas periodicamente, e consideradas nos planejamentos de médio prazos da Companhia, que são atualizados anualmente.

Em sintonia com esse contexto, o Conselho de Administração da CEB aprovou o Plano de Negócios Para o Período de 2019 a 2022, em Reunião Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2018.

Os objetivos principais do Plano podem ser resumidos nos enfrentamentos de dois problemas estruturais da CEB Distribuição S.A., principal empresa do Grupo CEB: os ainda elevados custos e despesas operacionais, quando confrontados com aqueles cobertos pelos processos tarifários; e o alto endividamento.

Assim sendo, as principais estratégias do Plano estão centradas nos seguintes pilares:

• Diminuições das Despesas Operacionais (PMSO); e

• Redução do Serviço da Dívida.

Para tanto, foram concebidas as seguintes estratégias:

• Reajustes Salariais com Observância dos Limites Estabelecidos Pela Parcela B;

• Efetivações de Aposentadorias Compulsórias com Reduzidas Substituições;

• Renegociações de Contratos de Prestação de Serviços de Terceiros;

• Alienações de Imóveis Inservíveis Para a Concessão de Distribuição; e

• Vendas de Ativos de Geração (Capitalização da CEB Distribuição S/A).

No médio prazo, o Plano de Negócios oferece aos acionistas os seguintes resultados na CEB Distribuição S.A.:

• Atendimento da curva de redução dos custos operacionais (PMSO) planejada, que resultará em um patamar inferior ao PMSO regulatório nos próximos exercícios;

• Redução do endividamento para patamar adequado à dimensão do negócio;

• Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento compatível com o nível praticado pelo mercado;

• Programa de Investimentos racionalizado, levando em conta a continuidade dos bons resultados alcançados na qualidade do fornecimento de energia; a formação da base de remuneração, considerando a data da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2021; e o ponderado uso do caixa, evitando-se pressões desnecessárias; e

• Metas Regulatórias da qualidade do fornecimento e sustentabilidade econômico-financeira rigorosamente cumpridas.

Em perspectiva ampliada, o Plano de Negócios tem a expectativa de cumprir a seguinte curva de EBITDA (LAJIDA) Consolidada no médio prazo:

GRUPO CEB (Consolidado)	R$ mil				
	2019	2020	2021	2022	2023
EBTIDA (LAJIDA)	468.086	885.431	309.304	312.893	418.683
Margem EBTIDA	19,2%	38,6%	12,9%	12,4%	15,3%
Lucro Líquido	367.173	645.632	69.930	47.979	113.046
Margem Líquida	15,1%	28,2%	2,9%	1,9%	4,1%

Dessa forma, a Companhia enfrentará as causas dos seus problemas empresariais, continuando a ênfase no relacionamento com o seu consumidor; melhorando a qualidade dos serviços prestados; realizando os investimentos necessários; e reduzindo o serviço da dívida.

IX. DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Brasília - CEB, com intuito de indicar a situação geral e o andamento dos negócios da empresa. O documento é propriedade da CEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da CEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

X. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes S/S; e que em 2018 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018 - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 Reapresentado	Controladora 01/01/2017 Reapresentado	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 Reapresentado	Consolidado 01/01/2017 Reapresentado
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	12.784	6.964	4.248	179.699	92.001	86.041
Contas a Receber	6	26.994	15.323	7.232	622.655	538.539	520.554
Depósitos e Bloqueios Judiciais	10	111	95	731	2.552	5.385	4.536
Estoques		595	565	579	8.437	7.846	8.768
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	4.684	1.758	1.366	23.169	44.850	28.550
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	8				862.704	922.669	392.433
Demais Créditos	9	24.249	8.877	7.525	140.785	69.728	117.477
Ativos não Circulante Mantido para Venda	13	641	2.094	2.094	2.352	2.094	3.663
Total do Circulante		**70.058**	**35.676**	**23.775**	**1.842.353**	**1.683.112**	**1.162.022**
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	12				10.355	7.770	7.767
Contas a Receber	6				33.317	43.295	21.874
Empréstimos e Financiamentos		13.415	11.849	8.579	14.989	13.529	4.797
Depósitos e Bloqueios Judiciais	10	150	150	150	14.948	5.010	2.176
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	26.063	30.228	37.677	32.147	36.252	46.234
Ativo Financeiro Indenizável	11				144.450	137.481	125.814
Demais Créditos	9				13.020	15.167	17.289
Realizável a Longo Prazo		**39.628**	**42.227**	**46.406**	**263.226**	**258.504**	**225.951**
Investimentos	14	584.545	570.701	584.413	613.426	596.693	604.948
Imobilizado	15	13.136	13.136	13.313	102.560	104.066	118.014
Intangível	16	3.971	2.650	46	920.106	960.373	967.588
Total do Não Circulante		**641.280**	**628.714**	**644.178**	**1.899.318**	**1.919.636**	**1.916.501**
Total do Ativo		**711.338**	**664.390**	**667.953**	**3.741.671**	**3.602.748**	**3.078.523**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 Reapresentado	Controladora 01/01/2017 Reapresentado	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 Reapresentado	Consolidado 01/01/2017 Reapresentado
Circulante							
Fornecedores	17	15.237	8.795	3.251	488.018	403.602	219.195
Obrigações tributárias	18	5.706	5.488	1.344	220.970	272.157	239.665
Contribuição de iluminação pública	19				96.866	79.130	127.532
Encargos regulatórios	20				90.107	101.030	202.102
Debêntures	21				247.778	64.641	53.145
Empréstimos e financiamentos	22				86.069	125.030	43.844
Obrigações societárias	23	5.885	7.741	10.691	16.744	16.766	20.231
Obrigações sociais e trabalhistas	24	201	174	97	25.983	33.746	37.289
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	8				608.361	543.297	285.271
Benefícios pós emprego	25				2.814	4.791	30.252
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	26				6.478	4.013	3.905
Demais obrigações	27	414	1.960	950	38.655	34.523	37.418
Total do Circulante		**27.443**	**24.158**	**16.333**	**1.928.843**	**1.682.726**	**1.299.849**
Não Circulante							
Fornecedores	17				36.830		
Obrigações tributárias	18	96.781	97.270	97.270	322.356	297.869	177.597
Contribuição de iluminação pública	19				3.393	42.494	79.880
Debêntures	21				15.019	61.987	128.763
Empréstimos e financiamentos	22				188.194	255.312	175.142
Benefícios pós emprego	25				204.345	166.427	59.101
Encargos regulatórios	20				178.915	168.748	222.209
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	26	1	96	10.827	44.294	75.166	68.512
Obrigações vinculadas a concessão	28				3.400	65.420	76.863
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	8				17.643	32.563	11.820
Demais obrigações	27				5.869	9.741	16.046
Total do Não Circulante		**96.782**	**97.366**	**108.097**	**1.020.258**	**1.175.727**	**1.015.933**
Patrimônio Líquido	29						
Capital social		566.025	566.025	566.025	566.025	566.025	566.025
Reserva de lucros		18.677			18.677		
Ajuste de avaliação patrimonial		2.411	42.319	165.702	2.411	42.319	165.702
Prejuízos acumulados			(65.478)	(188.204)		(65.478)	(188.204)
Atribuível as acionista controlador		**587.113**	**542.866**	**543.523**	**587.113**	**542.866**	**543.523**
Atribuível aos acionistas não controladores					**205.457**	**201.429**	**219.218**
Total do Patrimônio Líquido		**587.113**	**542.866**	**543.523**	**792.570**	**744.295**	**762.741**
Total do Passivo		**711.338**	**664.390**	**667.953**	**3.741.671**	**3.602.748**	**3.078.523**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores: Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador	Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017 - Reapresentado	**566.025**			**165.702**	**(188.204)**	**543.523**	**219.218**	**762.741**
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(4.805)	**(4.805)**
Dividendos pagos							(38.135)	**(38.135)**
Resultado Abrangentes Total:								
Lucro do Exercício					130.401	130.401	25.151	**155.552**
Dividendos destinados aos acionistas					(7.675)	(7.675)		**(7.675)**
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(123.383)		(123.383)		**(123.383)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	**566.025**			**42.319**	**(65.478)**	**542.866**	**201.429**	**744.295**
Transação de Capital com Acionistas:								
Dividendos destinados aos acionistas					(5.817)	(5.817)		**(5.817)**
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(5.238)	**(5.238)**
Dividendos pagos							(16.472)	**(16.472)**
Lucro líquido do exercício					89.972	89.972	25.738	**115.710**
Destinação do Lucro								
Reserva Legal		1.225			(1.225)			
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais			17.452		(17.452)			
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(39.908)		(39.908)		**(39.908)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**566.025**	**1.225**	**17.452**	**2.411**		**587.113**	**205.457**	**792.570**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 Reapresentado	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	30.1	**72.885**	**49.776**	**2.590.210**	**2.716.256**
Custo com Energia Elétrica	30.2			(1.841.232)	(1.854.211)
Custo de Operação	30.3			(304.649)	(313.978)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	30.3	(55.793)	(34.512)	(64.017)	(41.642)
Lucro Bruto		**17.092**	**15.264**	**380.312**	**506.425**
Receitas/(Despesas) Operacionais		**75.331**	**114.872**	**(143.956)**	**(275.927)**
Despesas com Vendas	30.3	284	39.837	(137.758)	(108.807)
Despesas Gerais e Administrativas	30.3	(16.967)	(11.023)	(169.470)	(234.531)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	86.560	75.298	31.673	15.558
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	30.4	**5.454**	**10.760**	**131.599**	**51.853**
Outras Receitas Operacionais		5.464	10.901	165.309	99.604
Outras Despesas Operacionais		(10)	(141)	(33.710)	(47.751)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**92.423**	**130.136**	**236.356**	**230.498**
Receitas (Despesas) Financeiras	30.5	**1.220**	**9.476**	**(113.051)**	**50.819**
Receitas Financeiras		1.444	10.176	91.931	149.536
Despesas Financeiras		(224)	(700)	(200.759)	(97.996)
Variação Cambial				(4.223)	(721)
Lucro Operacional antes dos Tributos		**93.643**	**139.612**	**123.305**	**281.317**
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	**(3.671)**	**(9.211)**	**(7.595)**	**(125.765)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(2.376)	(5.803)	(52.980)	(27.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		(1.295)	(3.408)	45.385	(98.093)
Lucro do Exercício		**89.972**	**130.401**	**115.710**	**155.552**
Atribuído aos Acionistas Controladores				89.972	130.401
Atribuído aos Acionistas não Controladores				25.738	25.151
Lucro Básico e Diluído por Ação em Reais:	31				
Ações Ordinárias - Básicas e diluídas		5,9430	8,6135	5,9430	8,6135
Ações Prefenciais - Básicas e diluídas		6,5373	9,4748	6,5373	9,4748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Nota	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 Reapresentado	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 Reapresentado
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		**89.972**	**130.401**	**115.710**	**155.552**
Outros Resultados Abrangentes		**(39.908)**	**(123.383)**	**(39.908)**	**(123.383)**
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado					
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido				(39.908)	(123.383)
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido	25	(39.908)	(123.383)		
Resultado Abrangente Total		**50.064**	**7.018**	**75.802**	**32.169**
Atribuído aos Acionistas Controladores				50.064	7.018
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				25.738	25.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	69.362	95.408	4.191.245	3.745.401
Rendimento de Aplicações Financeiras	597	467	5.940	7.235
Liberação de Garantia CCEE			16.280	5.903
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	38.413	57.708	14.635	25.018
Outros Recebimentos	2.891	1.690	7.850	1.736
Recebimentos	**111.263**	**155.273**	**4.235.950**	**3.785.293**
Fornecedores - Materiais e Serviços	(51.471)	(27.510)	(179.928)	(180.837)
Fornecedores - Energia Elétrica e Gás			(2.080.173)	(1.661.909)
Contribuição de Iluminação Pública			(183.325)	(273.882)
Salários e Encargos Sociais	(14.119)	(13.956)	(263.230)	(343.739)
Pagamentos de Encargos da Dívida			(50.191)	(54.284)
Impostos e Contribuições	(6.381)	(610)	(798.225)	(825.180)
Encargos Setoriais			(479.422)	(353.357)
Outros Pagamentos	(8.040)	(1.405)	(84.927)	(74.094)
Pagamentos	**(80.011)**	**(43.481)**	**(4.119.421)**	**(3.767.282)**
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	**31.252**	**111.792**	**116.529**	**18.011**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(1.843)	(1.766)	(63.288)	(59.847)
Amortização de Empréstimos				
Alienação de Imobilizado e Investimentos	3.943		31.212	
Concessão de Empréstimos		(7.273)		(7.651)
Recursos Oriundos de Redução de Capital em Investida		30.000		(13.372)
Adiatamento para Futuro Aumento de Capital	(19.715)	(123.624)		
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento	**(17.615)**	**(102.663)**	**(32.076)**	**(80.870)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		4.634	315.001	225.787
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(7.673)	(10.623)	(23.442)	(34.652)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos			(285.416)	(117.697)
Adiantamento para Aumento de Capital				246
Custos de Transação			651	(521)
Outros	(144)	(424)	(3.549)	(4.344)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento	**(7.817)**	**(6.413)**	**3.245**	**68.819**
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	**5.820**	**2.716**	**87.698**	**5.960**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.964	4.248	92.001	86.041
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	12.784	6.964	179.699	92.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017 Reapresentado	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017 Reapresentado
Receitas	**86.191**	**95.931**	**4.054.053**	**4.178.640**
Venda de Energia e Serviços Prestados	82.124	56.089	4.002.366	4.118.101
Receita de Construção de Ativos Próprios			83.846	83.471
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	294	39.837	(127.374)	(75.454)
Receita na Alienação de Ativo Imobilizado	3.773	(16)	78.731	(9.711)
Outras Receitas		21	16.484	62.233
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(62.565)**	**(27.342)**	**(2.259.228)**	**(2.334.455)**
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(2.042.109)	(2.057.833)
Custos de Construção			(83.846)	(83.471)
Serviços de Terceiros	(55.092)	(34.680)	(187.075)	(175.449)
Material	(7.219)	(348)	(9.255)	(3.256)
Provisões/Reversões	95	10.801	25.420	27.194
Outros	(349)	(3.115)	37.637	(41.640)
Valor Adicionado Bruto	**23.626**	**68.589**	**1.794.825**	**1.844.185**
Retenções	**(825)**	**(208)**	**(56.751)**	**(65.569)**
Depreciação e Amortização	(825)	(208)	(56.751)	(65.569)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**22.801**	**68.381**	**1.738.074**	**1.778.616**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**90.569**	**86.852**	**125.372**	**168.462**
Receitas Financeiras	2.328	10.561	91.117	151.794
Resultado de Equivalência Patrimonial	86.560	75.298	31.673	15.558
Dividendos Recebidos	1.681	993	2.582	1.110
Valor Adicionado Total a Distribuir	**113.370**	**155.233**	**1.863.446**	**1.947.078**
Distribuição do Valor Adicionado	**113.370**	**155.233**	**1.863.446**	**1.947.076**
Empregados	**12.012**	**11.618**	**184.946**	**209.553**
Remuneração Direta	11.593	11.478	135.362	136.428
FGTS	235	83	11.945	20.391
Benefícios	100	57	33.633	42.680
Participação nos Lucros e Resultados	84		4.006	10.054
Impostos, Taxas e Contribuições	**11.071**	**12.079**	**1.334.830**	**1.450.664**
Federal	9.419	10.919	608.584	781.302
Estadual e Municipal	1.652	1.160	726.246	669.362
Remuneração de Capitais de Terceiros	**315**	**1.135**	**227.960**	**131.307**
Aluguéis	91	436	27.204	33.310
Despesas Financeiras	224	699	200.756	97.997
Remuneração de Capitais Próprios	**89.972**	**130.401**	**115.710**	**155.552**
Participação dos Acionistas Não Contoladores			25.738	25.151
Lucros Líquidos Retidos	89.972	130.401	89.972	130.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objetivo Social: A Companhia Energética de Brasília ("Companhia", "CEB" ou "Controladora") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA - Área de Serviços Públicos - Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias quando apresentadas de forma consolidada. A atividade da Companhia é primariamente em participar em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal. Segue abaixo lista das controladas e coligadas do Grupo:

		Participação acionária % 2018	2017
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00	100,00
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17,00	17,00
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57	47,57
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

1.2. Segmento de Geração: (i) Acordo GSF - Repactuação do Risco Hidrológico - Impacto Sobre as Investidas: A partir do exercício de 2014, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma crise de caráter estrutural e regulatório que, agravada pela considerável redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios, levou a um deficit de geração de energia, ocasionando exposições financeiras negativas aos geradores. Com isso foi imputado ao segmento uma conta bilionária oriunda da queda do Ajuste do Mecanismo de realocação de Energia - MRE, aliado aos elevados valores dos preços da energia no Mercado de Curto Prazo - MCP (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD). Tal exposição causou uma enorme incerteza de naturezas jurídica e regulatória. Por sua vez, o Regulador, na busca de uma solução, no final de 2015, propôs a "Repactuação do Risco Hidrológico" dos geradores com os consumidores. Os termos do acordo de repactuação para os geradores hidrelétricos têm como objeto a transferência do risco hidrológico para os consumidores, considerando o pagamento de um prêmio de risco, compensações financeiras, extensão de concessões e desistência de ações judiciais. A medida foi objeto de adesão essencialmente por parte dos geradores com contratos negociados nos leilões do ambiente regulado. As empresas CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A. decidiram pela repactuação do risco e, desde 2016, tem repassado parte do impacto financeiro negativo, verificado no Mercado de Curto Prazo, para os consumidores. A CEB Geração S.A. vem atuando no mercado livre de energia, onde os termos propostos para a repactuação não se revelaram benéficos aos geradores. A Empresa, não tendo repactuado o risco hidrológico com o consumidor, em 2017, arcou com exposições negativas no Mercado de Curto Prazo, principalmente no segundo semestre, tendo mitigado o impacto financeiro negativo com a realização de leilões para compra de energia a preços compensató-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

rios. As empresas coligadas Energética Corumbá III S.A.; Corumbá Concessões S.A.; e BSB Energética S.A. também aderiram à repactuação do risco hidrológico. O Mercado de Curto Prazo permanece, em parte, judicializado e, como consequência, com elevado índice de inadimplência. O Regulador conseguiu cassar liminares de proteção ao GSF no ambiente livre e vem discutindo propostas para liquidação dos débitos neste mercado. As empresas geradoras controladas pela CEB possuem ação protetiva para efeitos financeiros negativos do rateio da inadimplência do MCP e vem gerindo seu portfólio de contratos de forma a minimizar os efeitos negativos da instabilidade deste mercado nas receitas dos negócios. **(ii) Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN:** O Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, aprovando a metodologia adotada no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". O documento determinou revisões dos montantes de Garantia Física de Energia das usinas, cujos efeitos já ocorreram a partir de janeiro de 2018, repercutindo da seguinte forma nos empreendimentos relacionados com a CEB.

	(Redução) /	Garantia Física MW médios	
Usinas Hidrelétricas - UHEs	Aumento	de	para
UHE Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.)	(4,08%)	104,26	100,01
UHE Queimado (CEB Participações S.A.)	17,10%	58,00	67,90
UHE Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.)	(4,94%)	76,60	73,20
UHE Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.)	(3,14%)	50,90	49,30

1.3. Alienação de Ativos de Geração de Energia Elétrica e de Distribuição de Gás: Em 21 de dezembro de 2015, foi sancionada a Lei nº 5.577/2015, que autoriza a CEB a alienar suas participações acionárias em empresas de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, vinculando a aplicação dessas receitas em investimentos, pagamentos de tributos e amortizações de empréstimos da controlada CEB Distribuição S.A.. Na Reunião Ordinária de 18 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da CEB aprovou o Plano de Negócios para o período de 2019 a 2023, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016. Em resumo, o Plano estabeleceu os seguintes objetivos centrais para dar sequência ao saneamento econômico-financeiro da CEB Distribuição S.A.: • Adequação dos custos e despesas operacionais; e • Redução do endividamento com consequente diminuição do serviço da dívida. Assim sendo, as principais estratégias para a viabilização do Plano de Negócios estão centradas, principalmente, nos seguintes eventos: • Alienação de participações societárias; • Monetização de ativos imóveis da CEB Distribuição S.A.; e • Capitalização destes recursos no principal negócio da Companhia, a CEB Distribuição S.A.. Em relação a alienação dos ativos de geração, a Companhia, após a aprovação do Conselho de Administração, contratou um consórcio especializado, em setembro de 2017, para operacionalizar as alienações, realizando o *valuation, due diligence* jurídica e patrimonial, bem como a avaliações técnico operacional, ambiental e de recursos humanos. Esse consórcio ainda acompanhará o processo de venda até o seu encerramento. As avaliações técnico operacional, ambiental e de recursos humanos foram concluídas e disponibilizadas a Companhia em novembro de 2017. Os laudos de avaliação econômica e das *due diligence* jurídica e patrimonial foram disponibilizados a CEB em dezembro de 2017. Com base nessas informações, o Conselho de Administração se manifestou favoravelmente a respeito das propostas das alienações em fevereiro de 2018, com definição do preço mínimo e modelo de venda, sendo convocada a Assembleia para deliberação do tema. Em maio de 2018, foi aprovada na 95ª Assembleia Geral Extraordinária a proposta encaminhada pelo Conselho de Administração sobre a alienação dos ativos de geração. Em setembro de 2018 foi aberta audiência pública relativa ao edital do leilão a ser realizado pela Brasil, Bolsa, Balcão - B3, válido por 30 dias. Em 5 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, solicitou esclarecimentos acerca do certame e por meio da Decisão nº 138/2018 suspendeu preventivamente o leilão até o ulterior pronunciamento do Tribunal. Em 11 de dezembro de 2018, por meio da Decisão nº 186/2018, o TCDF autorizou o prosseguimento da alienação de participações acionárias detidas pela CEB. Apesar de cumprida todas as exigências necessárias, até o encerramento destas demonstrações ainda não havia uma data reservada na B3 para realização destes ativos. As novas Diretorias da Companhia e da CEB Distribuição S.A. estudam outras alternativas para sanar a necessidade de capital de giro daquela Controlada. Entre as principais alternativas estão a alienação de ativos, aporte de capital pelo controlador, capitação de recursos no mercado, bem como as apresentadas na Nota nº 2.2.1.1, (iii).

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além das próprias normas expedidas CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$) e com base no custo histórico, com exceção dos assuntos tratados no CPC 21 (IAS 34), que requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. Os seguintes ativos e passivos financeiros são mensurados a valor justo: • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativo financeiro indenizável; e • O passivo atuarial dos planos de benefício definido. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para fins da gestão administrativa. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019. **2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*). **2.1.2. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e estão em linha com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao resultado e ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.1.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **2.1.3.1. Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia. Para o grupo foi definido o modelo de perdas ao valor recuperável, através de critérios estabelecidos para cada classe de consumo, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, bem com o incremento do risco de recebimento das faturas adjacentes aos clientes que possuem um histórico de inadimplemento. **2.1.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o "valor justo menos custos de venda" e o "valor em uso". O cálculo é baseado em informações disponíveis de "transações de venda de ativos similares" ou "preços de mercado menos custos adicionais" para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação (Nota Explicativa nº 2.15). **2.1.3.3. Provisões: 2.1.3.3.1. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26. **2.1.3.4. Benefícios a empregados: 2.1.3.4.1. Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável. **2.1.3.4.2. Benefícios pós-emprego:** A Companhia e suas controladas, em especial a CEB-D ("Patrocinadoras"), patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As patrocinadoras concedem, também, determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados e respectivos beneficiários - Plano Assistencial (Nota Explicativa nº 25). O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases trimestrais ao final de cada período. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas, compromissos atuariais sobre o passivo atuarial são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano. O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos; e valor justo dos ativos do plano que será usado para liquidar as obrigações. Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano. **2.1.3.5. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 4.3). **2.1.3.6. Depreciação de ativos tangíveis:** A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do Órgão Regulador. Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/2012-ANEEL. As novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009. Na Investco S.A., as taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, conforme estabelecido em contrato firmado entre a Geradora e a União. Ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Geradora pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas, bem como analisados os seus impactos, se existentes. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 15). **2.1.3.7. Amortização de ativos intangíveis:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 16). **2.2. Consolidação das Demonstrações Financeiras e Contabilização de Investimentos Societários: 2.2.1. Controladas: 2.2.1.1. CEB Distribuição S.A.:** A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital n° 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB. A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora: **(i) Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL (4º. Termo Aditivo):** Em 9 de dezembro de 2015, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, que prorrogou a Concessão dos Serviços Públicos de Energia Elétrica da Companhia para 7 de julho de 2045. Por esse instrumento, a data do Reajuste Tarifário anual da CEB D foi alterada de 26 de agosto para 22 de outubro e a Revisão Tarifária Ordinária passou a ocorrer com intervalo quinquenal. O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estabelece, entre outros, indicadores de sustentabilidade, com critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais a Companhia deve ser avaliada e que atuam como condicionantes para a manutenção da titularidade da concessão. **Indicadores de sustentabilidade ANEEL:** O Poder Concedente, por intermédio Ministério de Minas e Energia, estabeleceu às Distribuidoras, na prorrogação de suas concessões, a condição de sustentabilidade econômico-financeira e operacional, por meio de seus dados contábeis, financeiros e indicadores de continuidade coletivos. **Parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro:** O parâmetro de sustentabilidade exigido no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/99-ANEEL, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, é definido pelo seguinte critério: a) (Geração Operacional de Caixa - Investimentos de Reposição - Juros da Dívida) ≥ 0: Essa inequação é formada por parâmetros mínimos, assim definidos: • Geração Operacional de Caixa: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA Regulatório) ajustado por eventos não recorrentes; • Investimentos de Reposição: Quota de Reintegração Regulatória (QRR); e • Juros da Dívida: Dívida Líquida Regulatória x (1,11 x SELIC). O descumprimento da referida inequação poderá resultar em: limitação da distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio; regime restritivo de contratos com Partes Relacionadas; e exigência de Aportes de Capital dos sócios controladores em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. A avaliação dessa condição na Companhia está demonstrada conforme a seguir:

	2018	2017
LAJIDA Reg. Ajustado (-) QRR (-) [Dívida Líquida Regulatória x 1/ (1,1 * SELIC)] ≥ 0	(75.904)	22.410

O resultado da inequação obrigatória para o exercício de 2018 foi apurado pela CEB D, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, restando avaliação do Órgão Regulador. Nesse contexto, verifica-se

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Companhia Energética de Brasília - CEB

a necessidade de realização de Aporte de Capital em até 180 dias após o final do exercício corrente, conforme determina o referido Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Dessa forma, a controladora deverá repassar à CEB D o valor de R$ 75.904 até 30 de junho de 2019, sob pena de sanções administrativas. Após o sexto ano do citado Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o descumprimento desses indicadores durante dois anos consecutivos resultará na abertura do processo de caducidade da concessão. **Limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos:** A ANEEL define os indicadores de qualidade operacional, a serem atendidos pelas distribuidoras durante o processo de revisão tarifária, por meio de resoluções autorizativas. A Resolução Autorizativa nº 6092/2016, norteia os limites de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC que a CEB D deverá cumprir nos anos de 2017 a 2021, a saber:

	2017	2018	2019	2020	2021
DEC (horas)	9,46	9,24	8,62	8,27	7,61
FEC (interrupções)	7,91	7,57	6,91	6,36	5,79

A avaliação dessa condição na CEB D para o ano de 2018 foi de 8,56 horas para o DEC e 6,03 para o FEC, estando, portanto, dentro dos limites regulatórios. O descumprimento desses indicadores de continuidade em dois anos consecutivos, ou em três anos, em um intervalo de cinco anos, poderá resultar em limitação da distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Após o sexto ano do citado Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o descumprimento desses indicadores, durante três anos consecutivos, resultará na abertura do processo de caducidade da concessão. **Condições para prorrogação do contrato de concessão:** Além das condições previstas nas Notas Explicativas 1.2.1.1 e 1.2.1.2, durante os cinco primeiros anos do Quarto Termo Aditivo ao citado Contrato de Concessão, também são previstos *covenants* referentes às gestões operacional e econômico-financeira das distribuidoras. No caso de descumprimento de uma dessas Condições para Prorrogação, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direto à ampla defesa e ao contraditório.

a) Condições restritivas econômico-financeiros (*Covenants*):

	2018	2017
LAJIDA Regulatório > 0 (até o término de 2017 e mantida nos anos seguintes)	51.587	116.451
[LAJIDA Regulatório (-) QRR] > 0 (até o término de 2018 e mantida nos anos seguintes)	(16.730)	n/a
{Dívida Líquida Regulatória / [LAJIDA Regulatório (-) QRR]} < 1/ (0,8 * SELIC) (até o término de 2019 e mantida nos anos seguintes)	n/a	n/a
{Dívida Líquida Regulatória / [LAJIDA Regulatório (-) QRR]} < 1/ (1,1 * SELIC) (até o término de 2020 e mantida nos anos seguintes)	n/a	n/a

Os resultados das inequações obrigatórias para o exercício de 2018 foram apurados pela Companhia, segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, restando avaliação do Órgão Regulador. Em 2018 a CEB D apresentou o LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória - QRR, ocasionando o não atendimento da condição restritiva prevista no citado Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

b) Condições restritivas operacionais (*Covenants*):

	2016	2017	2018	2019	2020
DECi (horas)*	15,14	13,09	10,58	8,45	7,90
FECi (interrupções)*	11,33	9,83	7,99	6,43	6,03

(*) O DECi e o FECi correspondem a parcela de origem interna considerados para o cálculo dos indicadores DEC e FEC. A avaliação dessa condição na CEB D para o ano de 2018 foi de 8,56 horas para o DECi e 6,03 para o FECi, estando, portanto, aderente aos limites contratuais. **(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional:** No exercício de 2018, a CEB Distribuição S.A. operou com seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL. A Distribuidora possui limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos. Há, por consequência de diversos fatores, limitação da habilidade da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual. Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando uma acentuação em suas despesas financeiras no mesmo período. A habilidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pelo Órgão Regulador, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira. As principais variações entre a tarifa recebida pela Companhia e os custos e despesas incorridos estão demonstradas no quadro a seguir:

	2018	Nível Regulatório (Tarifa)	Delta
Resultado depois da Parcela A	459,9	521,2	(61,3)
Resultado da Parcela B	(370,4)	(292,5)	(77,9)
Resultado Financeiro	(118,1)	(49,9)	(68,2)
Perdas Totais			**(207,4)**

Principais Efeitos	Perdas
Rede Básica **(a)**	(42,8)
Perdas de Energia Elétrica **(b)**	(23,1)
PMSO **(c)**	(47,9)
Encargos da dívida **(d)**	(56,5)

a) Rede Básica: Em março de 2018, o Operador Nacional do Sistema (ONS) procedeu com a cobrança do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) à CEB D, em virtude da disponibilização da Rede Básica proveniente da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A (VSB). A referida rede não foi interligada pela CEB D, ocasionando o não reconhecimento tarifário desse encargo no período. Tal fato está previsto no item 8 do Submódulo 3.3 do PRORET, que estabelece a obrigação de pagamento para as distribuidoras após à disponibilização do ativo, bem como o reconhecimento tarifário, condicionado à efetiva utilização da infraestrutura. Como consequência, essa disponibilidade incorreu em custos adicionais de R$ 42,8 milhões à Distribuidora no exercício de 2018, que não foram capturados no processo de reconhecimento dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais. **b) Perdas de energia elétrica:** Na Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorrida em outubro de 2016, a ANEEL estabeleceu os percentuais de Perdas Técnicas na Distribuição de 7,46% sobre a Energia Injetada e de 7,05% para Perdas Não Técnicas na Distribuição sobre o Mercado de Baixa Tensão - BT, equivalente à 3,84% da Energia Injetada. Esses são os percentuais considerados e reconhecidos pela ANEEL para a aquisição de energia e repasse do custo ao consumidor nos processos tarifários até a próxima RTP que ocorrerá em outubro de 2021. Em 2018, a CEB Distribuição S.A. apurou 12,58% de Perdas Totais (Técnicas e Não Técnicas sobre Energia Injetada) contra 11,30% no nível Regulatório. Essa diferença resultou em um custo estimado adicional na compra de energia de R$ 23,1 milhões sem a possibilidade de repasse ao consumidor. **c) PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros):** Na RTP de outubro de 2016 a ANEEL definiu a reposição/remuneração dos custos com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros (PMSO) na ordem de R$ 292,5 milhões ao ano à Distribuidora. Em 2018, a Companhia superou em R$ 77,6 milhões o nível regulatório estabelecido pela Agência Reguladora, ocasionando um descasamento das suas despesas gerais e administrativas ao que efetivamente foi repassado ao consumidor. **d) Encargos da dívida (Empréstimos, Financiamentos e Debêntures):** A ANEEL define por meio do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) o nível de dívida regulatória (DR%) e o respectivo custo dessa dívida (Kd), de forma que seja repassada na tarifa, através da remuneração do capital investido, dado pela Base de Remuneração Regulatória Líquida (BRL). A Dívida Regulatória, em termos percentuais, é a participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Total (Capital de Terceiros)/(Capital de Terceiros + Capital Próprio), definida e reconhecida pela ANEEL em 48,76%. Aplicando o DR% x Kd x BRL, estima-se uma despesa financeira regulatória de R$ 49,9 milhões. Em 2018, o encargo da dívida atingiu o valor de R$ 56,5 milhões (R$ 57,6 milhões em 2017). Tais valores não contemplam os encargos referentes aos parcelamentos de energia elétrica e tributos. **(iii) Alternativas apresentadas pela CEB Distribuição S.A. para atender a sustentabilidade econômico-financeira prevista no Estatuto Social da Companhia, Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL**

a) Aporte do Controlador: Em janeiro de 2019, a CEB D formalizou manifestação de necessidade caixa à controladora (CEB Holding), através da Carta nº 39/2019-DD, conforme disposto no artigo 20 do Estatuto da controlada, com o objetivo de auxiliar na redução do seu endividamento e buscar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade definidos pelo Órgão Regulador e no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. **b) Interligação da Rede Básica de Brasília Leste :** O contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) foi assinado pela CEB D no dia 28 de fevereiro de 2019, atendendo à decisão da Diretoria Colegiada, conforme Resolução de Diretoria nº 024, de 27 de fevereiro de 2019. O prazo previsto para a entrada em operação comercial da interligação do sistema da CEB D com a VSB Transmissora é de 54 dias úteis a partir da assinatura do contrato. O prejuízo estimado para o exercício de 2019 é de R$ 3,3 milhões mensais até a data efetiva da entrada em operação. A interligação é fundamental para estancar o prejuízo que está incorrendo mensalmente na Distribuidora. **c) Mitigação das perdas de energia elétrica:** Para o ano de 2019 a Administração estima que as perdas técnicas e comerciais girem em torno de 14% de toda energia injetada na área de concessão da Companhia, contra 12,58% em 2018. Visando mitigar esse prognóstico, serão intensificados os serviços de fiscalização de ligações clandestinas, fraudes, medições e faturamentos, objetivando a recuperação de 143,8 GWh, em um período de 30 meses. Por meio de contratação de empresa especializada. A estimativa de perdas geradas pelas ligações clandestinas, encontradas em áreas irregulares, perfazem o quantitativo de 14,5 GWh/mês. A Companhia irá intensificar fortemente junto ao Poder Público Competente, a partir da oportunidade criada pelo § 2º, do artigo 52 da Resolução Normativa 414/2010, para atendimento das unidades consumidoras localizadas nas referidas áreas irregulares, ocupadas predominantemente por população de baixa tensão. Essa ação visa reduzir o risco de danos e acidentes a pessoas, bens ou instalações do sistema elétrico, bem como combater o uso irregular da energia elétrica, na busca pela redução das perdas em níveis compatíveis com os definidos pelo Órgão Regulador. **d) Alienação de terrenos:** A alienação de terrenos da Companhia representa uma das principais premissas do Plano de Negócio aprovado para o período de 2019 a 2023 (em revisão). Para isso, foi constituído um Grupo de Trabalho - GT, instituído por meio da Portaria Conjunta nº 001- CEB/CEB-D/2019, com o objetivo de realizar os estudos e elaborar plano de ação, contendo cronograma e compromissos com metas e resultados necessários para a alienação dos ativos inservíveis à Concessão. Está no escopo do referido Grupo de Trabalho a área localizada na Área Especial do Setor Noroeste, SAI Norte PR 155/1/DF, bem como os terrenos registrados como Bens Destinados à Venda. **e) Redução de despesas com Pessoal:** As iniciativas relacionadas à rubrica de Pessoal que ilustram a atenção com essa despesa estão listadas a seguir: • Efetivação da Política de Desligamento dos aposentáveis, considerando a reposição dos empregos de Nível Superior; Técnicos Industriais; Técnico de Segurança do Trabalho; Técnico de Enfermagem do Trabalho, na proporção de um para um; Agente de Suporte Administrativo - ASA, de cada dois desligamentos uma reposição; e para Eletricistas e demais funções sem reposição imediata; • Reajustes salariais com observância aos limites estabelecidos na "Parcela B" e as condições de terceirização existentes; e • Intensificar o processo de capitalização dos custos com pessoal vinculados ao processo de Investimento da Companhia, de acordo com os limites definidos pelo Órgão Regulador. **f) Redução da Inadimplência:** O leque de cobranças administrativas da Companhia é extenso. Registra-se o envio de cerca de 2.000 faturas por dia para o SERASA e mais 2.000 faturas para Protesto, além de se realizar cobranças ativas na Central de Atendimento. A CEB D possui, ainda, a realização de cobranças por e-mail, SMS, publicação de editais de chamamento para credenciamento de empresas que atuam na negociação de débitos via cartão de crédito, assim como programas de recuperação de débitos (PROLUZ) para carteiras de longo prazo. A Administração também atua na realização de cobranças e negociações perante os Órgãos e Departamentos vinculados aos Poderes Públicos Federal e Distrital, bem como realiza procedimentos de cobrança judicial, em caso de insucesso da cobrança administrativa, tendo como base o princípio da economicidade. Para intensificar o processo de redução da inadimplência, também será realizada a contratação de empresa especializada em corte e religação, com previsão de assinatura do contrato até o início do terceiro trimestre de 2019. **2.2.1.2. CEB Geração S.A.:** A CEB Geração S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, detentora de 2 (duas) concessões: **(i) UTE Brasília:** O contrato de concessão da Usina Termelétrica Brasília encerrou-se no dia 7 de julho de 2015. Foi recomendada a caducidade da usina por meio do Ofício nº 661/2015-SCG/ANEEL em decorrência de vários fatores, tais como: projeto da década de 50 com custo de energia muito elevado; ausência de peças de reposição; e questões ambientais. Desde 2009 a usina não é despachada pelo ONS, sendo até retirada do quadro de unidades disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Dessa forma, foram iniciados os procedimentos visando à alienação de seus ativos. O Contrato de Concessão venceu em 7 de julho de 2015 e o Governo Federal publicou o decreto que possibilita a extinção de termoelétricas com livre disponibilização dos bens. **(ii) UHE Paranoá:** A Usina Hidrelétrica do Paranoá - UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969. A concessão foi prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento previsto para 29 de outubro de 2019. Posteriormente, o período da concessão foi novamente prorrogado até 20 de abril de 2020, em função da Repactuação do Risco Hidrológico. Finalmente, em dezembro de 2016, foi firmado o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, conferindo à CEB Geração S.A. atuar como Produtora Independente de Energia. O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, mantendo o mesmo prazo da concessão e permitindo os benefícios previstos na legislação pertinente para essa classe de geração. **2.2.1.3. CEB Participações S.A.:** A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente. A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica. Complementarmente, a Companhia detém a participação acionária correspondente a 2,35% do capital da Corumbá Concessões S.A.. Assim como a CEB, a CEB Participações S.A. possui ativos que estão autorizados por Lei para sua venda; os recursos oriundos da venda dos seus ativos terão a mesma finalidade dos recursos da venda dos ativos de geração da CEB. **2.2.1.4. CEB Lajeado S.A.:** A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais. A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação. As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997, com término previsto para 15 de dezembro de 2032. **2.2.1.5. Companhia Brasiliense de Gás:** A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda: • Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte; • Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e • Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades. A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. A Companhia Energética de Brasília - CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações. **2.2.2. Coligadas: 2.2.2.1. Energética Corumbá III S.A.:** A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais. Seu Contrato de Concessão é o de nº 126/2001 e possui vencimento em 14 de fevereiro de 2037, e tem por objeto principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. O início da sua operação comercial foi em outubro de 2009. A energia gerada é contratada na sua totalidade pela CEB Distribuição S.A. com reajustes anuais. **2.2.2.2. Corumbá Concessões S.A.:** A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, detentora do contrato de concessão nº 93/2000 com vencimento em 12 de março de 2036, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% da CEB Participações S.A.. **(i) Ação de Cobrança Proposta pela Saneamento de Goiás S.A. - Saneago:** A companhia Saneamento de Goiás S.A. - Saneago ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF. Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela companhia, que a impediram de cumprir as obrigações. Tal situação exclui, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada. Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de li-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html pelo código 50012019041700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.